

**Transplantes** Profissionais debatem em Lisboa transposição para legislação nacional de diretiva do Conselho Europeu. Turismo de transplantação é um risco

# Prevenir para combater tráfico

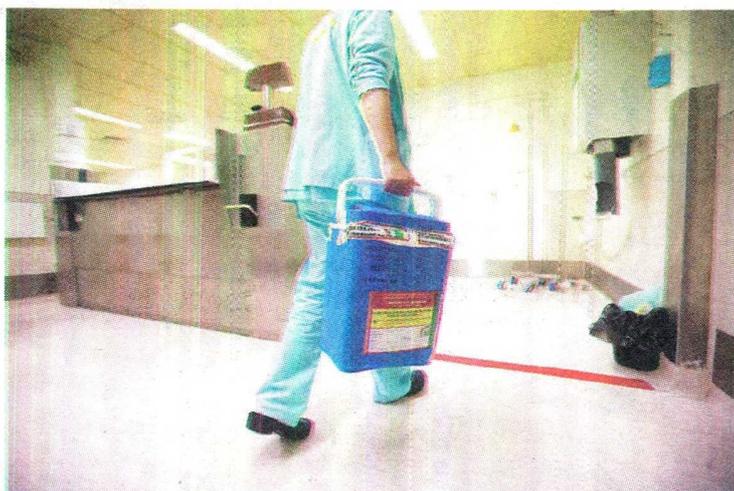
Ana Gaspar  
 agaspar@jn.pt

► Como devem lidar os profissionais de saúde quando se deparam com um doente que recorreu a um transplante ilegal para obter um órgão de que necessitava? Esta é uma das questões que vão ser abordadas no seminário “Tráfico de órgãos humanos”, que o Instituto Português do Sangue e da Transplantação (IPST) promove hoje em Lisboa sobre a transposição para a lei portuguesa da Convenção do Conselho da Europa contra o Tráfico de órgãos humanos, destinado a profissionais de saúde, magistrados judiciais e do Ministério Público e forças policiais.

Em Portugal não se fazem transplantes ilegais, frisou Ana Pires da Silva, do IPST, acrescentando que também não são conhecidos casos de doentes portugueses que o tenham feito no estrangeiro. Porém, “nenhum país está imune ao risco” e, do ponto de vista internacional, todas as nações que assinaram a convenção (Portugal esteve entre as primeiras 14 a fazê-lo) têm obrigação de definir orientações para os médicos e restantes profissionais de saúde.

Segundo a jurista, que também é o ponto focal português para o tráfico de órgãos do Conselho da Europa, a estratégia da convenção dá prioridade à prevenção, designadamente no alerta aos doentes para os riscos que correm.

“As redes [de tráfico] não estão preocupadas com a saúde do doente ou do dador. Estão interes-



RUI OLIVEIRA / GLOBAL IMAGENS

Em Portugal todos os transplantes são feitos no Serviço Nacional de Saúde

sadas é em ganhar dinheiro”, disse, avisando para o risco dos doentes sofrerem complicações graves ou acabarem por morrer.

Transplantes feitos sem as condições de higiene adequadas ou os dadores que não são devidamente estudados do ponto de vista clínico são alguns dos problemas que quem se sujeita a estes procedimentos pode enfrentar quando opta pelo chamado turismo de transplantação. A maioria dos casos são transplantes de rins (também

há de fígado), de dadores vivos, que podem vir do mercado negro.

Em Portugal todos os transplantes são feitos no Serviço Nacional de Saúde, e quando são com órgãos de dadores vivos as motivações são escrutinadas por uma comissão de ética que tem a palavra final. O país tem das maiores taxas de doação e de transplantes, o que também funciona como dissuasor da procura de práticas ilegais. Quantos mais órgãos houver para transplantar de forma legítima, menor será o recurso aos transplantes ilegais.

A legislação portuguesa já penaliza a exploração de seres humanos para tráfico de órgãos (a par da exploração laboral e sexual). A transposição da diretiva para os mais de 30 países subscritores cria um instrumento jurídico internacional para o problema. ●

**Transplantes ilegais têm riscos para doentes e não protegem dadores**